



O conteúdo da crise cíclica de superprodução de capital²⁹

The content of the cyclical crisis of capital overproduction

DOI: <https://doi.org/10.23925/1806-9029.v34i1e60239>

Autor: **Thiago José Nogueira Rodrigues dos Santos** é doutorando em Economia pela UFF e é mestre em Economia Política pela PUC-SP. Email: thiago.nogueira_87@hotmail.com

Resumo

O fenômeno das crises é recorrente no capitalismo. Dentre as escolas da teoria econômica, a teoria marxista influencia o estudo das crises, porque identifica que as crises são internas ao modo de produção capitalista. O objetivo do trabalho é analisar o conteúdo da crise cíclica de superprodução de capital. A abordagem do trabalho é fundamentada na crítica da economia política de Karl Marx. O desenvolvimento do trabalho consiste na análise de um modelo teórico abstrato que permita compreender o germe da crise e o seu desenvolvimento à possibilidade de crise. Trata-se também de analisar a crise cíclica de produção de capital em duas passagens teóricas cumulativas. A primeira aborda o caráter da crise de superprodução, enquanto a segunda evidencia o aspecto cíclico da crise no capitalismo. Conclui-se que a associação da lei geral de acumulação do capital com a trajetória cíclica da economia, nos permite uma interpretação do conteúdo da crise cíclica de superprodução inserida na dinâmica do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Crises; crise cíclica; superprodução de capital; lei geral de acumulação do capital

Abstract

The phenomenon of crisis is recurrent in capitalism. Among the schools of economic theory, Marxist theory influences the study of crises, because it identifies that crises are internal to the capitalist mode of production. The objective of this work is to analyze the content of the cyclical crisis of overproduction of capital. The work's approach is based on the critique of Karl Marx's political economy. The development of the work consists of the analysis of an abstract theoretical model that allows understanding the germ of the crisis and its development to the possibility of crisis. It is also about analyzing the cyclical crisis of capital production in two cumulative theoretical passages. The first deals with the character of the overproduction crisis, while the second highlights the cyclical aspect of the crisis in capitalism. It is concluded that the association of the general law of capital accumulation with the cyclical trajectory of the economy allows us to interpret the content of the cyclical crisis of overproduction inserted in the dynamics of the capitalist mode of production.

Keywords: Crisis, cyclical crisis, capital overproduction, general law of capital accumulation

Classificação JEL: E32; B14

²⁹ Pesquisa realizada com o apoio da CAPES.



Introdução

O fundamento teórico da Economia Política Clássica está no entendimento do capitalismo a partir das concepções da Lei dos Mercados de Jean- Baptiste Say (1983) e da Teoria Quantitativa da Moeda de David Hume (1983). Para autores como Smith (1983) e Ricardo (1982), os produtores levam ao mercado sempre uma quantidade crescente de mercadorias para serem vendidas (trocadas por mais moedas metálicas, o símbolo da riqueza). Assim, a partir do pressuposto que todos os indivíduos agem iguais, após venderem a produção, todos realizarão novas compras. Estas sempre serão iguais ao que é ofertado. Ainda que ocorresse o desajuste entre o preço natural e o preço de mercado, as forças da economia restabeleceriam o equilíbrio entre oferta e demanda.

Nessa perspectiva teórica, Ricardo (1983) negava a possibilidade de crise. O autor não concebia a generalização da superprodução de mercadorias no capitalismo. Em seus cadernos de estudos sobre a história crítica do pensamento econômico, Marx (1983; 1985) se aprofunda na econômica política clássica. Dentre os principais temas estudados pelo autor, encontra-se a temática das crises. No debate com Ricardo, Marx (1983) estabelece um modelo teórico abstrato que possibilite explicar a possibilidade da crise.

Entende-se a importante contribuição teórica deixada por Karl Marx sobre as crises. Percebe-se a temática da crise ao estudar *O Capital*, as *Teorias das mais-valias*, e *Cartas sobre "O Capital"*. Defendemos o retorno aos indícios teóricos deixados por Marx nos estudos das crises do capitalismo.

A crise em Marx tem dois significados. O primeiro identifica a crise sendo o ciclo econômico completo. Ou seja, caracteriza-se tradicionalmente como os momentos de alta, de estouro, de depressão, de estagnação, de retomada, de alta e, assim, a continuação periódica do ciclo. O segundo significado de crise aborda o ponto de ruptura do ciclo econômico. Trata-se do momento de queda da economia. Adotamos aqui o entendimento por crise como o ciclo econômico completo, o processo inteiro, incluindo a ruptura.



Não há consenso na teoria marxista das crises sobre a explicação do fenômeno da crise. Sabe-se sobre o debate clássico marxista das crises, em que os autores pretendiam explicar a causa das crises na fase do imperialismo.³⁰ O trabalho de Carcanholo (1996) compõe o nosso referencial sobre a causa das crises. De acordo com o autor, a queda tendencial da taxa de lucro, o subconsumo e as desproporções são formas de manifestação do fenômeno da crise, e não a causa da crise. Esta é o resultado das contradições entre a produção social e a apropriação privada.

Apoiamo-nos teoricamente nos trabalhos de Mendonça (1987) e Ribeiro (1988). Os autores elaboraram uma teoria das crises em Marx. De acordo com os trabalhos dos autores, aplica-se nesse trabalho o entendimento que as crises cíclicas de superprodução são desdobramentos das legalidades do modo de produção capitalista. Portanto, o fenômeno das crises precisa ser explicado a partir das contradições e as superações das contradições do capitalismo.

Nesse trabalho, objeto tratado é a crise cíclica de superprodução do capital. O artigo pretende analisar o conteúdo do fenômeno da crise cíclica de superprodução. Propõe-se, portanto, identificar e caracterizar as crises no capitalismo.

A metodologia do trabalho se divide em dois momentos analíticos. No primeiro momento, o trabalho estabelece uma análise formal da possibilidade da crise. Contudo, o nosso interesse é descobrir o germe da crise e o desenvolvimento dialético até a possibilidade de crise. Para isso, analisamos a contradição interna da mercadoria entre valor e valor de uso, em sequência explicitamos a superação dessa contradição com a entrada do dinheiro no modelo teórico abstrato utilizado. Da superação com a forma dinheiro do valor surge a contradição externa entre a mercadoria e o dinheiro. Estabelecemos assim a possibilidade da crise na análise da

³⁰ Dentre os trabalhos mais comentados na literatura marxista estão os de Luxemburgo (1985) e Hilferding (1985).



autonomização dos atos de compra e venda. Toda essa primeira análise fica restrita a circulação simples de mercadoria.³¹

No segundo momento analítico, o trabalho identifica o conteúdo do fenômeno da crise cíclica de superprodução do capital. O estudo das categorias e das legalidades desenvolvidas principalmente n' *O Capital* - Livro I seção VII e no Livro III seção III sustentam teoricamente a nossa análise. Divide-se a análise em dois estágios. No primeiro, aborda-se a caracterização do fenômeno da superprodução no capitalismo. Para isso, apresentamos a produção ilimitada no crescimento e o consumo limitado no crescimento. No segundo estágio, analisamos a superprodução do capital como um fenômeno cíclico. Em ambos os momentos, destaca-se a taxa de lucro como indicador do movimento concreto da lei geral de acumulação do capital. Articulamos uma síntese da análise do conteúdo da crise cíclica relacionado os requisitos explicativos de uma teoria da crise.

O tema das crises no capitalismo intensificou o debate após a chamada crise das hipotecas *subprime* de 2007/08. Dentre as interpretações da crise contemporânea, destacam-se aquelas que relacionam a crise com a queda da taxa de lucro (ROBERTS, 2016), as interpretações que tratam da crise e financeirização (DUMÉNIL & LÉVY, 2014; LAPAVITSAS, 2013), e as interpretações que associam a crise com o capital portador de juros e/ou capital fictício (CHESNAIS, 2016; NAKATANI & MARQUES, 2020; CARCANHOLO, 2017). Nesse sentido, o trabalho mostra relevância ao estar inserido no entendimento das crises no capitalismo.

O trabalho divide-se em três seções. A primeira trata-se da possibilidade da crise em que realizamos uma análise sobre as formas mercadorias e dinheiro. A segunda seção aborda-se o conteúdo do fenômeno da crise de superprodução. A terceira seção refere-se ao conteúdo da crise cíclica de superprodução do capital. A última parte trata das conclusões do trabalho.

³¹ Para detalhes sobre a contradição interna da mercadoria entre valor e valor de uso, sobre a contradição externa entre mercadoria e dinheiro, e, também a análise formal das contradições do capitalismo percebidas pela circulação do capital, ver Ribeiro (1988) e Mendonça (1987).



1. A possibilidade de crise: a análise das formas mercadoria e dinheiro

No Livro I d' *O Capital*, Marx (2017) nos apresenta que a mercadoria é a forma elementar do capitalismo. O valor de uso da mercadoria representa uma combinação de características, das simples as mais complexas, que atendam qualquer necessidade humana. Enquanto valor, a mercadoria precisa ser idêntica a qualquer outra, sendo capaz de ser trocada. O valor não aparece sozinho. Ele precisa do valor de troca para expressar o seu valor. O valor de troca relaciona quantitativamente valores no momento da troca. Na troca, os produtores da mercadoria reconhecem na outra mercadoria o valor relativo e o valor de uso. Assim, a mercadoria produzida, resultado do trabalho humano abstrato, é levada ao mercado para ser trocada por outra mercadoria diferente da primeira. No mercado, o valor de uma mercadoria é reconhecido socialmente.

Na mercadoria há uma contradição entre valor e valor de uso. O produtor da mercadoria A vai ao mercado para trocar a sua mercadoria pela mercadoria B. Não interessa ao produtor da mercadoria A obter o objeto útil A. O mesmo acontece ao produtor B. Este quer obter a mercadoria A. Os produtores vão ao mercado para obterem as mercadorias que eles não produzem. No entanto, os produtores somente conseguem obter as mercadorias que não produzem por meio das trocas com outros produtores que levam suas mercadorias para serem trocadas. No capitalismo, os produtores de mercadorias são compelidos a produzirem mercadorias e as trocarem no mercado, sempre em proporções crescentes. Somente assim, os produtores de mercadorias logram o valor das suas mercadorias. Assim, o produtor da mercadoria A nega o valor de uso da sua mercadoria para na troca com o produtor da mercadoria B, mediado pelo valor de troca, atingir a mercadoria B e afirmar o valor da sua mercadoria A.

O germe da crise está na contradição entre o valor e valor de uso da mercadoria. O produtor da mercadoria A espera que quando levar a mercadoria A ao mercado, ele possa encontrar alguém que deseje a sua mercadoria. O produtor A aguarda que a sua mercadoria tenha valor de uso para alguém. No mercado, se o produtor A não troca a sua mercadoria por outra, aqui tratamos da mercadoria B,



não se concretizou o valor da mercadoria A, o produto do trabalho do produtor A. Os produtores de mercadorias estimam que encontrarão no mercado aqueles que desejem adquirir as suas mercadorias. Se as trocas não forem realizadas no mercado, os valores das mercadorias não serão obtidos.

Desse modo, a contradição entre valor e valor de uso é uma contradição interna a mercadoria. O desenvolvimento do capitalismo, no sentido dialético, introduz a superação dessa contradição. A entrada do dinheiro no modelo teórico passa a explicar a superação da contradição interna da mercadoria. Nesse nível teórico de abstração, o dinheiro é equivalente geral do valor. Portanto, o dinheiro nega o seu valor de uso de objeto para assumir a função social de expressar o valor de troca de todas as mercadorias. Como equivalente geral do valor, as mercadorias são trocadas por dinheiro. Este é a mercadoria aceita socialmente, por isso, os produtores trocam mercadorias por dinheiro. Eles sabem que a forma (do valor) dinheiro é aceito e desejável por todos na economia capitalista.

O dinheiro soluciona a contradição interna da mercadoria. Entretanto, essa superação se apresenta em um nível mais complexo. A contradição valor e valor de uso que antes era interna a mercadoria passa a contradição externa a mercadoria. Apresenta-se na contradição entre as formas mercadoria e dinheiro. Vejamos como essa contradição se apresenta a partir da fórmula da circulação simples da mercadoria $M - D - M$, em que mercadoria é M e dinheiro é D. Na circulação simples da mercadoria, o dinheiro tem a função de meio de troca. Ou seja, o dinheiro é utilizado no intercâmbio das mercadorias que estão no mercado. Assim, os produtores das mercadorias vão ao mercado para venderem as suas mercadorias. Após a venda, os produtores recebem o dinheiro que expressa o valor da mercadoria. Esse é o primeiro ato da circulação $M - D$. No entanto, os produtores pretendem adquirir as mercadorias que não são resultados da sua produção. Por isso, ao venderem as suas mercadorias e receberem o dinheiro, os produtores continuam no mercado para comprarem a mercadoria distinta daquela que são produtores. Esse é o segundo ato da circulação simples da mercadoria, o ato da compra é $D - M$.



Tomando a circulação simples da mercadoria por completa, o produtor da primeira mercadoria somente atingirá o seu objetivo quando vender a sua mercadoria e comprar uma outra mercadoria, aquela que lhe interessa. Os produtores atuam nos momentos de venda e da compra. No entanto, os atos de compra e venda da mercadoria são independentes. Os atos são desassociados no tempo e no espaço. Mas esses atos formam a unidade na circulação de mercadorias. São duas as implicações dessa autonomização dos atos de venda e compra. Em primeiro lugar não há garantias que haverá o ato da venda M – D. Em segundo lugar, aceitando que ocorra a venda, não há garantias que haverá o ato da compra D – M. Essas duas implicações compõem a possibilidade de crise.

A análise do dinheiro como função de meio de circulação nos permite perceber a primeira possibilidade de crise pela contradição entre as formas M e D. O resultado da venda não é diretamente convertido em compra. A mudança entre as formas D e M nos atos M – D e D – M pode ocorrer com alguns percalços que restringem a circulação de mercadorias. A crise é o restabelecimento violento da unidade entre os atos de venda e compra.

Passemos agora a análise da circulação simples da mercadoria em que o dinheiro cumpre a função de meio de pagamento. A partir dessa função do dinheiro, percebe-se que a contradição entre a mercadoria e o dinheiro se complexifica. O âmago dessa contradição está no entendimento dos aspectos quantitativos e qualitativos entre a mercadoria e o dinheiro. Os sucessivos atos de compra e venda no mercado, realizados entre os produtores de mercadorias, passa a ser contabilizado como diversas transações simultâneas. Assim, a quantidade do dinheiro da circulação pode ser maior que a circulação das mercadorias. Ao passo que em termos qualitativos, pode-se circular o dinheiro sem a devida correlação com as mercadorias que circulam, e, em sequência, a circulação de mercadorias pode não corresponder a circulação do dinheiro. Os aspectos quantitativo e qualitativo representam o nível da autonomia entre os atos de compra e venda, entre a contradição entre a mercadoria e o dinheiro. Esta autonomia é a segunda forma da possibilidade da crise. Na crise a unidade da circulação de mercadorias é restabelecida.



A contradição entre a mercadoria e o dinheiro, percebido pela autonomização dos atos de compra e venda da circulação simples da mercadoria, tem superação no capitalismo. O crédito cumpre o papel de antecipar o valor do futuro para o presente. Portanto, o crédito permite que atos de compra e venda se efetivem com um certo grau de autonomização em relação a circulação de mercadorias.

Nesse sentido, percebe-se que o embrião das crises está na contradição entre valor e valor de uso. Esta contradição se manifesta no nível mais desenvolvido na contradição entre a mercadoria e o dinheiro.

2. O conteúdo da crise e a categoria superprodução do capital

Nesta seção, identificaremos o conteúdo do fenômeno da crise. A primeira aproximação desse conteúdo está na análise do que é superprodução do capital. No capitalismo, tende-se a abundância da produção enquanto, também, há tendência da abundância do consumo. Entretanto, a produção se expande de maneira ilimitada, enquanto os consumidores sofrem com uma barreira que limita o consumo. São as mesmas leis do capitalismo que determinam essa dinâmica. Vejamos a caracterização do fenômeno do conteúdo da crise.

O capital, valor que se valoriza, para crescer precisa constantemente renovar os elementos que propiciam as condições da acumulação do capital. O capital pode acumular porque existe no capitalismo a materialidade dos meios de produção e da força de trabalho. Os meios de produção são resultados da produção do setor dos meios de produção da economia capitalista. Todavia, a materialidade da força de trabalho é resultado histórico do capitalismo decorrente da acumulação primitiva do capital que muito contribuiu na formação do mercado de trabalho. O mercado de trabalho é composto pela população apta a vender a força de trabalho. Ao passo que o exército industrial de reserva é a parcela de trabalhadores que está condicionada a demanda do capital por força de trabalho.

Na esfera da produção, os meios de produção e a força de trabalho transferem o seu valor para a nova mercadoria. A particularidade da mercadoria força de



trabalho é a capacidade em criar um valor excedente, o mais-valor. Na relação de compra e venda, o capitalista comprou o valor de uso da mercadoria força de trabalho que cria valor no processo de produção. O trabalhador, no momento da venda da força de trabalho, recebe em troca o valor medido pelo mínimo dos meios de subsistência pela forma de salário. Durante a produção, o tempo de trabalho não pago ao trabalhador pelo uso da força de trabalho é o mais-valor. Este é apropriado pelo capitalista no momento da venda da mercadoria no mercado. O grau de exploração da força de trabalho é a relação entre o tempo de trabalho não pago e o tempo de trabalho pago. Outra forma de representar o grau de exploração da força de trabalho se dá através da taxa de mais-valor (m').

A reprodução ampliada é o modo como ocorre a acumulação do capital. Os capitalistas vão ao mercado constantemente para comprar os meios de produção e a força de trabalho. Após adquirir esses elementos de valor e valor de uso, os capitalistas retornam à produção com o objetivo de produzir a mercadoria com outro valor de uso e expandida com o mais-valor. No processo produtivo, a combinação entre os meios de produção e a força de trabalho permite a criação de uma mercadoria preta de mais-valor (M').³² No entanto, esta mercadoria revelará o mais-valor (m) no momento da realização na esfera da circulação (mercado), onde acontece a metamorfose $M' - D'$. Após a venda da mercadoria, as parcelas dos meios de produção e da força de trabalho são repostas pela proporção da composição orgânica do capital para dar início ao novo período de produção. O mais-valor realizado é acumulado na forma de compras adicionais de meios de produção e força de trabalho. Isso dito de um modo mais rigoroso a partir das categorias que compõem o ciclo do capital industrial, o capital-dinheiro (D') se metamorfoseia em capital-mercadoria (M) como forma necessária do conteúdo capital antes de seguir o movimento do capital até se metamorfosear em capital-produtivo (P).³³

³² A relação entre os meios de produção e a força de trabalho é a composição técnica. Ou seja, a composição técnica significa a capacidade da força de trabalho em transformar os meios de produção em M' . O aumento da capacidade de transformação da força de trabalho sobre os meios de produção tem como produto o maior volume de M' . Isso é a produtividade. O ciclo do capital mercadoria permite perceber o resultado da produção em termos de valor e valor de uso.

³³ Para detalhes, ver Marx (2015) Seção I.



Em termos de valor, os meios de produção e a força de trabalho se transmutam em capitais específicos quando ingressam no capital-produtivo. Os meios de produção são capital constante (c) e a força de trabalho é capital variável (v). O produto total do capital é $c + v + m$, o somatório do resultado da produção de todos os setores da economia. No entanto, a mercadoria individual produzida é $c + v + m$, o somatório da proporção de valor na produção da mercadoria. A relação percentual entre o capital constante e o capital variável indica a composição de valor.

De acordo com a lei geral de acumulação do capital, o aumento da produtividade redundava de maneira orgânica na composição do valor. Portanto, a composição orgânica do capital é a implicação da composição técnica sobre a composição do valor. No capitalismo, a tendência é o aumento da produtividade. Por isso, em termos relativos, substitui-se a quantidade percentual de força de trabalho por mais meios de produção. Desdobra-se assim que a tendência é o aumento da composição orgânica do capital. Ou seja, o aumento relativo do capital constante em relação ao capital variável. Disso, conclui-se que o capital tende a se compor em termos relativos cada vez menos do componente que dá origem ao mais-valor. Contudo, em termos absolutos, o capital tende a aumentar a demanda de meios de produção e de força de trabalho.

Vejamos como a concorrência potencializa o volume da produção de mercadorias. No nível de abstração do preço de produção igual ao valor, ainda na instância da produção do capital, os capitalistas levam ao mercado as suas mercadorias para vendê-las com o preço de produção adicionada a taxa de lucro média. Os setores da economia com alta composição orgânica do capital conseguem se apropriar de um valor maior quando comparados aos setores de menor composição orgânica do capital. Assim, os setores com alta composição técnica obtêm um lucro extraordinário. Este é o objetivo dos capitalistas. Desse modo, os capitalistas pretendem que o incremento tecnológico ou alterações no processo de trabalho propicie o aumento da produtividade. Este fator, como vimos, redundava no aumento da composição orgânica do capital.



O aumento da produtividade no setor de meios de produção implica a redução no valor unitário das mercadorias daquele setor. Os capitalistas do setor de meios de produção aumentam o volume da produção para atingirem o alto valor a ser realizado no mercado quando somadas todas as unidades da mercadoria. Isto é, aumentando o volume da produção os capitalistas compensam a queda do valor unitário. Portanto, mais mercadorias são levadas ao mercado. No setor de bens de consumo, a produtividade também implica a redução do valor unitário. A consequência é a queda do valor dos meios de subsistência. Porém, o setor de bens de consumo lança mais mercadorias para o consumo. Por conseguinte, o crescimento da força de trabalho acompanhará o crescimento do setor de bens de consumo. Nesse sentido, percebemos o aumento do volume da produção no capitalismo.

Conclui-se que não há limites para o aumento da produção de mercadorias. A produção (oferta) se expande de maneira ilimitada. Por outro lado, vimos que o consumo também cresce, porque precisa fornecer os elementos responsáveis pela produção. O consumo também é abundante. Contudo, as mesmas leis da acumulação que geram a produção ilimitada apresentam limites ao consumo.

Vejamos a perspectiva do atendimento das necessidades dos consumidores pessoais e os consumidores produtivos. Os consumidores pessoais (capitalistas e trabalhadores) consomem os bens de consumo ofertado na economia. Os limites dos consumidores pessoais estão atrelados as necessidades físicas e psicológicas, porque os trabalhadores precisam repor o nível mínimo de subsistência para manter as condições de oferta da força de trabalho. Todavia, os capitalistas consomem para além do nível da subsistência e por diversas outras razões.

Os consumidores produtivos têm a necessidade do lucro. Eles adquirem os meios de produção objetivando a necessidade do capital que é produzir lucro. Se na venda, os capitalistas não conseguem maximizar o lucro, todas as decisões posteriores de consumo estarão comprometidas. O lucro é o limite dos consumidores capitalistas. Dessa maneira, percebemos que as mesmas leis que



expandem de maneira ilimitada a produção (oferta) expandem de maneira limitada o consumo (demanda).

O lucro e a taxa de lucro são categorias pertinentes ao nível mais concreto do modo de produção capitalista. Elas compõem a instância da apropriação do valor. O lucro e a taxa de lucro são formas transmutadas respectivamente do mais-valor e da taxa de mais-valor.³⁴ A taxa de lucro é a taxa de valorização do capital. Esta mede a proporção entre o valor criado e o valor que deu condições à valorização. Vejamos o desenvolvimento do limite do lucro na reprodução do capital a partir do ciclo do capital-dinheiro.

$$\frac{M_p}{D - M \dots P \dots M' - D} \quad \backslash \quad F_t \quad (1)$$

O ciclo do capital-dinheiro significa que o capitalista utiliza o dinheiro (conteúdo capital) na compra dos elementos que compõem a produção. Essa compra é feita no mercado. No entanto, o capitalista retorna do mercado com os meios de produção (Mp) e da força de trabalho (Ft). Na sequência, o capital-produtivo (P) transformará o capital em capital-mercadoria (M'). Novamente o capitalista retorna ao mercado, mas agora para realizar a sua produção no momento da venda (M' - D').

O capitalista gasta constantemente D, porque espera no futuro obter o D'. Ou seja, espera-se D' > D. A diferença entre D e D', Δd, é o acréscimo do mais-valor produzido, realizado, e apto a ser acumulado. Em outras palavras, entre o processo de produção que se iniciou em D e terminou em D', o capitalista tem a expectativa que o seu capital se valorizou no movimento. O capitalista deseja o crescimento do seu capital. Na mesma perspectiva, o capitalista repõe com a compra os elementos

³⁴ Para detalhes, ver Marx (2017a) Seção I.



de M , porque espera no futuro obter M' . Assim, espera-se $M' > M$. Nesse caso, o ato da produção já foi finalizado. Falta o segundo ato da produção capitalista, a realização na circulação ($M' - D'$).

Analisemos agora a possibilidade de $D' = D$. Percebe-se que o capital não se valorizou. A variação do capital foi nula, $\Delta d = 0$. Nesse caso extremo, mas possível, não há mais-valor para acumular. De tal maneira, a não obtenção de lucro limita o que deveria fomentar o próximo consumo produtivo. Nesse cenário, encontra-se no mercado a produção em maior proporção em relação ao que será a nova decisão de consumo do capitalista. A análise pode ser estendida para qualquer Δd que não seja o máximo esperado pelo capitalista. O resultado do lucro aquém da necessidade do capital limita a aquisição de novos elementos da acumulação. A economia está na situação de desajuste entre a maior produção (oferta) e a retração no consumo (demanda). Esse é o cenário de superprodução, o conteúdo do fenômeno da crise.

Vejamos agora a superprodução de capital por meio de uma outra perspectiva analítica. Sabemos que o produto total do capital é $c + v + m = M'$.³⁵ No entanto, o capital precisa constantemente ser mais de si mesmo, portanto, ele precisa acumular nos elementos $c + v$ em proporções determinadas pela composição orgânica do capital. A diferença entre o produto do capital ($c + v + m$) e o capital ($c + v$) é o mais-valor (m). O mais-valor é o elemento que permite a continuação do processo de acumulação.

Se o mais-valor não atende a necessidade crescente do capital da economia ($c + v$), segue-se duas implicações do mesmo fenômeno. Ao mesmo tempo, trata-se do não crescimento do mais-valor e há excesso de capital. Essa dinâmica do capital é resultado da lei geral de acumulação do capital. O desenvolvimento das forças produtivas da economia impulsiona o aumento do mais-trabalho, redundando no aumento da taxa de mais-valor, e, por conseguinte, reduz o número de trabalhadores. Portanto, restringe o principal componente para o crescimento do capital. Contudo, o capital está em excesso, exigindo uma maior apropriação de mais-valor para continuar a acumulação. Essa é a expressão da mesma lei. Esses são

³⁵ Para detalhes, ver Ribeiro (2008).



limites insuperáveis da lei geral da acumulação do capital. O excesso de capital significa a superprodução de capital, já é a crise.

Retomando o que foi dito sobre a taxa de valorização do capital ser a taxa de lucro.³⁶ A superprodução do capital significa que o incremento do capital (ΔC) faz que a taxa de lucro (l') seja a mesma ou até menor em relação ao período anterior de acumulação. Ou seja, após o aumento do capital, a taxa de valorização do capital pode cair. Nesse contexto, o aumento do volume da produção esbarra na taxa de valorização do capital.

Na superprodução do capital, exaspera-se a contradição entre as esferas da produção e da apropriação. A produção cresce com a expansão do capital, mas a apropriação não cresce na mesma intensidade. Essas esferas se desenvolvem no capitalismo de maneira autonomizadas, mas na superprodução de capital a crise restabelece de maneira violenta a unidade.

Duas classificações sobre a superprodução do capital são pertinentes na compreensão do fenômeno. Essas são a superprodução absoluta de capital e a superprodução relativa de capital. Percebe-se a superprodução absoluta de capital quando o mais-valor (apropriação) não expande quando o capital cresce (produção). Vejamos essa dinâmica a partir da taxa de lucro.

$$l' = \frac{m}{c+v} \quad (2)$$

A taxa de lucro (l') cai quando tanto o mais-valor (m) não expande, quanto o capital cresce sendo mais de si mesmo ($c + v$).

Na superprodução relativa do capital, a proporção do crescimento entre o capital e o mais-valor é determina a queda da taxa de lucro. Ou seja, o capital cresce mais em relação ao crescimento do mais-valor, $c + v > m$.

Podemos concluir que a crise de superprodução tem a reverse na queda da taxa de lucro. Ao mesmo tempo, a queda da taxa de lucro é a expressão da crise.

³⁶ “Enquanto a taxa de valorização do capital total, taxa de lucro, é o agulhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é seu único objetivo)”. (MARX, 2017, p. 281).



3. A crise cíclica de superprodução de capital

Nesta seção avançaremos para mais um aspecto teórico relevante no conteúdo do fenômeno da crise. Trataremos da crise cíclica de superprodução de capital.

Na economia capitalista, a reprodução ampliada mantém o crescimento do capital ao longo do médio e longo prazo. A lei geral da acumulação de capital impõe o crescimento do capital quando acumula o mais-valor nos elementos que permitirão no futuro expandir o capital. Contudo, a reprodução ampliada tem o movimento pendular de crescimento em que alternam os períodos de constituição do excesso de capital com os de desvalorização do capital excedente. A caracterização da lei geral de acumulação do capital é uma trajetória cíclica. A crise cíclica de superprodução é o desenvolvimento mais concreto da lei geral da acumulação do capital.

A taxa de lucro é o indicador sobre o comportamento cíclico da reprodução ampliada no médio e longo prazo. Nos períodos da acumulação em que conduzem ao excesso de capital, tende-se a queda da taxa de lucro. Nos períodos após ocorrerem a desvalorização do capital em excesso, tende-se o crescimento da taxa de lucro. Nesses termos, o excesso de capital implica a queda da taxa de valorização do capital, enquanto uma significativa desvalorização do capital permite que o capital possa se valorizar com maiores taxas em relação ao período anterior. Disso percebemos os pontos de rupturas na trajetória cíclica da economia capitalista.

Vejamos como Marx (2017a) descreve a natureza cíclica da acumulação do capital.

Simultaneamente à queda da taxa de lucro cresce a massa dos capitais, e paralelamente a essa queda ocorre a desvalorização do capital existente, que detém essa queda e imprime um impulso acelerador à acumulação de valor do capital.

Simultaneamente ao desenvolvimento da força produtiva há o aumento progressivo da composição do capital e a diminuição relativa da parte variável em relação à parte constante.

Essas diversas influências se fazem sentir, ora de maneira mais justaposta no espaço, ora de maneira mais sucessiva no tempo; o conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são



sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existente, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado. (MARX, 2017a, p. 288).

Nesse sentido, o crescimento da massa dos capitais e a queda na taxa de valorização do capital têm como consequência o excedente de capital. Nesse momento, a crise estoura. Em consequência da superprodução do capital, torna-se necessário ao capitalismo a desvalorização do capital em excesso. No instante após a desvalorização do capital, as novas condições do crescimento do capital são estabelecidas. Este é o momento da retomada da acumulação em um novo processo produtivo que tende a aumentar a taxa de valorização do capital.

Após a desvalorização do capital, a retomada é consequência do barateamento dos componentes do capital (c e v). As duas formas de desvalorização do capital são via preços e decorrente do capital inativo. Os preços caem porque caiu a demanda por força de trabalho e meios de produção no mercado. A queda na demanda por força de trabalho levou ao desemprego uma massa de trabalhadores. Esses trabalhadores aumentarão o exército industrial de reserva. Por conseguinte, o aumento da oferta de trabalho reduzirá os salários. No novo processo de produção, aumenta-se a demanda por trabalho. O barateamento do capital variável permite ao capitalista contratar mais trabalhador por hora de trabalho. Nesse contexto, o capitalista aplicará uma maior taxa de mais-valor que redundará no aumento da taxa de lucro no processo de acumulação do capital. Destaca-se que a acumulação foi puxada pelo exército industrial de reserva. Os meios de produção também sofrerão uma queda nos preços em decorrência da queda na demanda por meios de produção. O barateamento do capital constante impulsionará o aumento na demanda dos capitalistas. A consequência será o aumento na taxa de lucro, estimulando a acumulação do capital.

A desvalorização do capital também pode acontecer pela forma do capital inativo. Se uma parte do capital da economia não é utilizado, nega-se a esse capital o objetivo de gerar mais capital.



Na citação anterior, Marx (2017a) nos revela ainda dois relevantes aspectos teóricos. O primeiro trata do lugar da lei da queda tendencial da taxa de lucro nas crises. Como destacado por Marx (Ibid.), entende-se que a crise de superprodução tem expressão na queda da taxa de lucro. No entanto, a desvalorização periódica de capital é responsável pelas condições que impulsionarão a subida da taxa de lucro.³⁷ Vejamos como o Marx coloca essa questão.

A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação do valor de capital mediante a formação de capital novo, perturba as condições dadas nas quais se consuma o processo de circulação e reprodução do capital e é, por isso, acompanhada de paralizações súbitas e crises do processo de produção. (Marx, Ibid. p. 289).

O segundo aspecto teórico importante aborda o caráter ambivalente das crises. A crise é o momento do estouro que potencializa as contradições existentes. Ao mesmo tempo, a crise restabelece a unidade. Trata-se de na crise, a restauração do equilíbrio das condições de produção com as condições de valorização.

A análise até agora desenvolvida nos permite destacar os três requisitos necessários para uma teoria da crise.³⁸ Entende-se que Marx foi capaz de elaborar uma teoria das crises a partir das legalidades do modo de produção capitalista. Cabe-nos explicitar a tripla exigência teórica da crise cíclica.

Em primeiro lugar, a teoria precisa explicar os processos cumulativos de crescimento e de queda. Percebemos que o processo de acumulação do capital tende ao desenvolvimento das forças produtivas que impulsionam o aumento da produtividade. Esta redundante no aumento da composição orgânica do capital. A redução relativa dos trabalhadores, elemento que cria valor, junto com o crescimento da massa de capital impactam na queda da taxa de lucro. No momento em que o ciclo da economia está na depressão e estagnação, os diversos capitais que

³⁷ No Livro III, capítulo XIV, Marx (2017a) aborda sete contratendências à queda da taxa de lucro. É pressuposto do trabalho o entendimento que as contratendências são internas a lei geral de acumulação. As setes contratendências podem frear a queda da taxa de lucro, mas elas possuem limites. A crise cíclica de superprodução tem o caráter periódico que afirma o papel de principal contratendência a queda da taxa de lucro. Para detalhes, ver Mendonça (1987) Capítulo 3 item 3.4 e Carcanholo (1996) Capítulo 1.

³⁸ Para o desenvolvimento mais rigoroso desse aspecto teórico, ver Carcanholo (1996).



estão nas piores condições técnicas de produção tenderão a entrar em falência. A quebra de muitos setores ou atividades capitalistas implicará na absorção desses capitais por outros capitalistas. Estes estão em melhores condições técnicas, ou com um significativo acúmulo de capital que na crise não são atingidos, ou são capitais que detém a facilidade de conseguir um significativo montante de crédito de capital. Trata-se do processo de concentração e centralização do capital. No momento pós-crise, marca-se o antagonismo entre os capitalistas. Estes disputam com maior intensidade a apropriação do capital. A consequência é reforço na queda da taxa de lucro. Nesta seção, vimos o processo cumulativo de crescimento a partir da desvalorização do capital pelas formas preço e capital inativo.

O segundo requisito teórico precisa explicar os pontos de inflexão ou ruptura do ciclo econômico. O capitalismo não cresce ou entra em queda *ad aeternum*. O crescimento do capital se dá, simultaneamente, com a queda da taxa de lucro. A ruptura do período de crescimento é marcada pelo excesso de capital, a superprodução do capital. Nesse ponto, o capital não consegue mais crescer. A inflexão na retomada do crescimento se caracteriza pela desvalorização do capital em excesso. A dinâmica capitalista queimou o capital em excesso que estava inibindo a reprodução do capital.

O último requisito explicativo da crise cíclica abrange os momentos de crescimento que desenvolvem as razões que levam à crise, e, também, o porquê na crise se desenvolve as razões que levam ao crescimento. Esse último requisito é uma síntese dialética dos dois primeiros pontos. Tratamos desse requisito ao longo das seções 2 e 3. Cabe uma síntese do argumento. A lei geral de acumulação do capital impõe que o crescimento do capital seja condicionado pela acumulação do mais-valor em meios de produção e força de trabalho. No entanto, a dinâmica da acumulação é determinada pela composição orgânica do capital. Esta estabelece que a composição de valor do capital tenha a maior proporção de capital constante em relação ao capital variável. Portanto, o crescimento do capital e a redução do mais-valor são as razões que levam o capitalismo do momento de crescimento à crise. Trata-se da intensificação da contradição entre a produção e a apropriação do capital.



A lei geral de acumulação do capital também rege o ciclo econômico da crise ao crescimento. Na crise, os elementos do capital sofreram o barateamento nos seus preços. O capital constante mais barato permitiu que os capitalistas fizessem novas aquisições. Ampliou-se o exército industrial de reserva após as demissões dos trabalhadores. Assim, o capital variável ficou mais barato, propiciando que o estímulo à acumulação viesse com o aumento da demanda por trabalhadores. Percebida essa dinâmica pelo aumento da taxa de lucro. Nesse sentido, as novas bases da acumulação permitiram o crescimento do capital.

Conclusão

O trabalho analisou o conteúdo da crise cíclica de superprodução de capital na perspectiva da teoria marxista. Nos propomos a entender o germe da crise. Apresentamos este na contradição entre valor e valor de uso. O embrião da crise significa que o produtor de mercadorias leva ao mercado o resultado da sua produção, mas pode não encontrar um segundo produtor que tenha interesse em comprá-la. A forma dinheiro do valor é a superação dessa contradição. O dinheiro passa a ser a forma aceita socialmente como o produto do trabalho social. Portanto, os produtores trocam as suas mercadorias por dinheiro para depois comprar o que desejam.

A análise do germe da crise é importante no estudo das crises, porque todo o desenvolvimento das contradições mais complexas no capitalismo são decorrentes da contradição entre valor e valor de uso. A análise das formas mercadorias e dinheiro traz que a contradição externa entre essas formas do valor permite que os atos da compra e venda se autonomizem da circulação de mercadorias. Essa autonomização intensifica a contradição que acaba na possibilidade de crise. Essa é uma resposta teórica que Marx deu a Ricardo.

O trabalho também identificou o fenômeno da crise de superprodução. No primeiro momento, destacamos que no capitalismo a produção e o consumo crescem de maneira abundantes. Porém, o crescimento da produção é ilimitado enquanto o consumo é limitado. Isso nos conduziu a entender as necessidades dos



consumos. Chegamos à necessidade dos consumidores é limitada. Os consumidores produtivos consomem a partir da necessidade do lucro. Este induzirá o ritmo da demanda da produção do capital.

Ao caracterizarmos que a produção (oferta) tende ser maior do que o consumo (demanda), percorremos a análise sobre os condicionantes da expansão da produção. Percebemos que a mesma dinâmica de crescimento do capital implica na queda da taxa de valorização do capital. Nesse cenário se estabelece a crise de superprodução.

Propomos a entender o fenômeno da crise de superprodução do capital a partir do ciclo econômico. Identificamos que a crise cíclica de superprodução de capital passa por períodos de crescimento do capital, de excesso de capital, de desvalorização do capital excedente e de retomada. Destacamos que a crise cíclica de superprodução do capital é a determinação mais concreta da lei geral de acumulação do capital. Percebemos que a trajetória cíclica da acumulação de capital implica em momentos de queda e subida na taxa de lucro. Na teoria das crises, os três requisitos explicativos da crise estão contidos na crise cíclica de superprodução do capital.

Percebemos que a análise de Marx sobre as legalidades do modo de produção capitalista permite entender os aspectos mais gerais do capitalismo. Dessa reflexão e tomando as contribuições de Marx podem surgir interpretações sobre as demais crises que estão presentes na historicidade do capitalismo.

Referências Bibliográficas

CARCANHOLO, M. **Causa e Formas de Manifestação da Crise**: uma interpretação do debate marxista. Dissertação de Mestrado, UFF, RJ. 1996.

_____. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis** – Una interpretación desde Marx. Madrid: Maia, 2017.

CHESNAIS, F. **Finance Capital Today** – Corporations and banks in the lasting global slump. Boston: Brill. 2016. (Historical Materialism Book Series; v. 131).

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.



HILFERDING, R. **O Capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HUME, D. **Escritos sobre economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LAPAVITSAS, C. **Profiting without producing**: How finance exploits us all. London, New York: Verso, 2013.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MARX, K; ENGELS, F. **Cartas sobre “O Capital”**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2017.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Boitempo. 2015.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo. 2017a.

_____. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, 2 reimpressão 2013.

_____. **Teorias da Mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Livro IV de O Capital. Tomo II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983.

_____. **Teorias da Mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Livro IV de O Capital. Tomo III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1985.

MENDONÇA, A. **A crise econômica e sua forma de contemporânea**. Dissertação de Doutorado apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1987.



NAKATANI, P; MARQUES, R. **O capitalismo em crise**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

RIBEIRO, N. R. **A acumulação de capital no Brasil**: expansão e crise. Dissertação de Doutorado apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988.

_____. **A Crise Econômica**: uma visão marxista. João Pessoa: Ed. Universitária – UFPB, 2008.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROBERTS, M. **The long depression** – How it happened, why it happened, and what happens next. Chicago: Haymarket Books. 2016.

SAY, J.B. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983